

DOUTOR CÓNEGO AVELINO DE JESUS DA COSTA
O PROFESSOR, O MESTRE (*)

Queria desde já afirmar que as breves palavras que pronunciarei não se confinam a uma mera expressão individual. Elas são partilhadas por todas as medievalistas, discípulas do Prof. Doutor Cónego Avelino de Jesus da Costa, que nas mesmas se revêem, sendo eu, a sua aluna mais velha na carreira, que tenho a responsabilidade de as proferir, mas não menos a honra de as dedicar ao Mestre, em seu e meu nome.

«Nec mutetur» — esta a divisa do arcebispo de Braga D. Pedro, figura que o Prof. Doutor Avelino tão desenvolvida e solidamente estudou na sua tese de doutoramento, defendida em 1959, sobre *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, com 2 volumes e 1192 páginas, e que recebeu, ao tempo, o distinguido prémio Alexandre Herculano. Obra que, aliás, actualmente, com a sua espantosa vitalidade, amplia e actualiza com vista à sua reedição. Deste fundador da Sé de Braga se ouviu agora falar demorada e pormenorizadamente no «Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Sé de Braga» que em si mesmo mais não foi que a colheita — bem frutuosa, diga-se — da semente que o mesmo Professor vinha de há dois anos lançando. E que pelo seu empenho e dedicação germinou.

Se evocámos aqui a divisa de D. Pedro foi para a aplicarmos agora ao estudioso do referido prelado. Porque também ele a

(*) Estas palavras foram proferidas na homenagem ao Prof. Doutor Cón. Avelino de Jesus da Costa, organizada pelo Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, em Ponte da Barca, no dia 11 de Novembro de 1989. Apenas se abordam aqui alguns aspectos mais relacionados com a investigação e ensino no âmbito da Faculdade de Letras de Coimbra, uma vez que mais oradores se encarregaram de analisar outros muitos ângulos da vida e obra do homenageado.

(¹) Realizado entre 18 e 22 de Outubro de 1989, e cujos 4 volumes de *Actas* foram apresentados a público em Agosto de 1990.

adoptou. No cumprimento de uma recomendação que lhe foi dada pelo arcebispo de Braga, quando se preparava para integrar o corpo docente da Faculdade de Letras de Coimbra, sensivelmente deste teor: — «vá, mas só lhe peço que nunca se esqueça de que é clérigo e de Braga».

Imutavelmente assim se manteve até hoje.

Não falaremos aqui da sua acção pastoral como clérigo, no seu longo percurso e múltiplas actividades, que o conduziram até à conezia bracarense. Outros, bem mais credenciados que nós, o farão.

Mas cumpre-nos afirmar que ele foi clérigo, enquanto professor, enquanto mestre. E de Braga — para cuja história nos remetia com frequência nas aulas, na sua contagiante vivacidade de nos falar do seu remoto e riquíssimo passado; ou nos revelava, sempre e cada vez mais, em renovadas facetas, nos variados estudos científicos que lhe dedicou.

Avelino de Jesus da Costa — professor e mestre da Faculdade de Letras de Coimbra, eis o que queremos aqui evocar.

Ingressa nesta Faculdade, depois de ter sido professor do Seminário diocesano de Braga, em 1952 ⁽¹⁾. Lecciona aulas práticas de Paleografia e Diplomática, Aperfeiçoamento de Paleografia, Epigrafia e História da Idade Média, das quais virá mais tarde a assegurar a regência teórica. Mas a sua docência abrangeu ainda aulas teóricas de disciplinas como Arquivologia e Arquivoeconomia, do Curso de Bibliotecário-Arquivista — de que foi mesmo director em 1963 — além de Numismática e História do Cristianismo. Dirigiu, finalmente, Seminários de História Medieval de Portugal.

Recordo-o bem — e agora permitam-me a nota pessoal — a ensinar-nos História da Idade Média. Começando por nos evocar a antiga ocupação suévica e visigótica do Norte de Portugal, com a crescente proeminência de Braga, mas não menos acalorar-se na defesa da sua tese sobre o armamento parcial em tempos de Afonso I, aduzindo tais e tão numerosas provas, que só de as ouvirmos julgávamos desde logo imbatível a sua posição. Como, na sua perspectiva, o era e sempre foi. Por isso, quando, na Sala dos

(1) Uma análise pormenorizada da sua vida e obra, até 1967, se encontra em P. Avelino de Jesus da Costa, *Curriculum Vitae*, Coimbra, 1967.

Capelos, se defrontavam o prof. Doutor Torquato de Sousa Soares, como arguente, e o Prof. Doutor Avelino, como arguido, nas suas provas para professor extraordinário, discutindo a temática do ermamento total ou parcial, chovendo argumentos de ambos os lados, foi o julgado que, peremptoriamente, afirmou sobre as teorias em debate: «Bem, o Senhor Professor fica na sua que eu fico na minha»!

Recordo-o também (depois de nos ter ensinado Paleografia e Diplomática e Epigrafia) a dirigir um Seminário de História Medieval, em que participava um grupo de alunos bem homogéneo, alegre e amigo entre si — e o Senhor Professor lembrará alguns —, que trabalhavam com gosto e afincos. Quanto aprendemos sobre o ler e criticar as fontes ou conhecer a história eclesiástica do país, revelada nos seus aspectos religiosos, mas não menos nas suas implicações económicas e sociais!

E quando tive a oportunidade de o coadjuvar na leccionação prática da cadeira de Paleografia e Diplomática e nos Seminários, que em 1975 e 1976 decorreram, foi um tempo longo de me enriquecer sempre e mais com o seu saber, bebendo os conhecimentos que nasciam do trabalho de exegese e aproveitamento de fontes tão variadas como os documentos régios, os particulares ou as Inquirições. E em homenagem a esse ensinar e aprender apresentei justamente no «Congresso Histórico de Guimarães» um trabalho baseado nas Inquirições, sùmula em grande parte da actividade desenvolvida por docentes e discentes em tais Seminários⁽¹⁾.

Fechemos o já longo parêntesis pessoal. Para acompanharmos o Prof. Avelino num colectivo mais amplo, de dedicação institucional, de produção científica, de orientação de assistentes.

Antes de mais não podemos deixar de salientar a sua dedicação ao Instituto de Paleografia, que, apesar das suas vicissitudes, pensamos estar hoje de novo relançado. Professores, como Torquato de Sousa Soares, criaram um núcleo de documentação, em microfímes e fotografias, assaz importante, onde **SE** reúnem reproduções de fontes nacionais e estrangeiras (e note-se que algumas fontes espanholas, desaparecidas nos seus arquivos, devido

(1) Refiro-me ao estudo, «A população e a propriedade na região de Guimarães durante o século XIII», sep. das *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. III, Guimarães, 1981.

a um incêndio, já só hoje aqui existem em reprodução). Pierre David lega-lhe uma importante biblioteca especializada nestes sectores das então chamadas «ciências auxiliares». O Prof. Avelino, como Director do Instituto por largos anos, herda um precioso património, para mais o engrandecer. Grande número de reproduções de documentação existente no Arquivo Distrital de Braga, no Arquivo da Torre do Tombo, em Arquivos espanhóis ou no Arquivo do Vaticano são fruto do seu labor de pesquisa. E para que todos esses milhares de imagens ou fotografias não fossem coisas mortas, empenha-se em dá-los a conhecer em trabalhos seus ou de alunos. Não menos os utilizando, com uma função didáctica, em obras específicas. Vertente a realçar sobremaneira.

Redige, em 1956, um dos primeiros *Manuais de Epigrafia* — que devia ter sido desde logo publicado — por onde aprenderam os seus e tantos outros alunos desta disciplina.

Ensina as regras de transcrição e edição dos documentos e textos medievais e modernos, bem como a elaboração de índices, no seu precioso manual, *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, em 2.^a edição, saída em 1982, que todo o país conhece — por concordância ou polémica, como os especialistas tão bem sabem.

Mas a sua obra maior neste campo é o importantíssimo *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesas*, pelo qual estudaram já milhares de alunos. Por isso, atente-se, em 1983 saiu a sua 4.^a edição, estando a 5.^a no prelo (*). Nesse *Álbum* se reproduzem 297 documentos (*). Ilustrando o material de suporte — da pedra e papiro ao pergaminho e papel — e a evolução da escrita de 189 a.c. até c. de 1792, numa exemplificação que vai da escrita romana até às formas mais arrevesadas da encadeada e processada, passando pela visigótica, carolina, gótica cursiva ou librária, huma-

(*) No espaço que medeou entre a apresentação oral destas notas e a sua publicação saiu então o novo exemplar do *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesas*, vol. I, *Estampas*, 5.^a ed. muito melhorada, Coimbra, 1990.

(*) Mantendo-se embora o mesmo número de documentos foram, no entanto, substituídas 43 gravuras por outras mais claras e nítidas e ampliaram-se 10, para tornar os seus textos mais legíveis, além de se incluírem 8 gravuras novas, dando-se uma nítida preferência aos textos em português, que constituem mais de dois terços dos documentos reproduzidos.

nística e suas derivadas. Preocupando-se com uma amostragem de fontes literárias e documentais e, dentro destas, de todo o tipo de cartas — de proveniência particular (sobretudo eclesiásticas), régia ou pontifícia — e com o mais variado conteúdo, como inquirições, registos paroquiais, forais, livros de contabilidade, testamentos, relatos de viagem ou cartas de reis ou figuras ilustres dirigidas a pessoas ou instituições não menos prestigiadas, como, por exemplo, a Universidade. Mas porque a Diplomática estava igualmente dentro da sua linha de interesses didácticos e divulgadores, nas estampas 298 a 312 reproduzem-se diversos sinais de validação, desde os mais antigos da chancelaria condal, os sinais de soberania e rodados de Afonso Henriques e D. Sancho I, para apresentar em seguida diversas gravuras de selos, em especial dos nossos monarcas, contributo valiosíssimo para a sigilografia portuguesa. E para breve se espera o 2.º volume deste *Álbum*, que o Prof. Avelino prepara com as Doutoradas Maria Teresa Veloso e Maria José Azevedo Santos, onde se incluirão as transcrições destes documentos, elemento fundamental para completar a função didáctica do mesmo.

Função que, diga-se, a obra largamente ultrapassa. E à qual gostaríamos de associar uma outra, *La chancellerie royale portugaise jusqu'au milieu du XIII siècle*, trabalho ampliado da comunicação apresentada no «IVº Congrès International de Diplomatique», realizado em Budapeste, em 1973 (*). Trata-se de um estudo profundo e modelar dos primórdios da nossa chancelaria régia, analisando a sua ambiência político-cultural, os seus oficiais e as subscrições e sinais de validação das cartas, trabalho ilustrado com 22 gravuras entre reproduções de sinais, selos e documentos. Pelo que, e bem ilustrativo do seu real valor, acaba de receber uma carta, datada de Marburgo de 29 de Agosto do presente ano, em que o Prof. Peter Rück, Director do Instituto de Ciências Auxiliares da História da Universidade de Marburgo, afirmando ter tido a dita de conhecer o *Álbum de Paleografia* e este trabalho, com o seu magnífico apêndice, escreve: «je vous prie de le republier dans le volume qui sortira à la suite de notre colloque (Chez Thorbeck/

(*) Trabalho publicado na *Revista Portuguesa de História*, t. xv, Coimbra, 1975.

/Sigmaringen) avec un commentaire centré sur les symboles graphiques». No convite, o elogio merecido.

Nesta sequência de obras, que tanto nos disseram, lembrarei ainda o estudo *Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico* (¹), onde com mestria aplica todo o seu saber de crítica diplomática para se desembaraçar de falsificações e cópias ou estabelecer datas críticas, a fim de nos demonstrar que o testamento de Afonso II, de 1214, é o primeiro documento datado, escrito em português, saído pois da chancelaria de um monarca, que tanto inovou administrativa e institucionalmente.

Mas retrocedamos no tempo. Para evocarmos a sua missão andarilha de percorrer, de 1959 a 1962, subsidiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, os principais arquivos portugueses e os eclesiásticos de Astorga, Compostela, Lugo, Mondonhedo, Orense, Samora e Tui e o Archivio Segreto del Vaticano, a fim de inventariar os documentos pontifícios do século XIII, referentes a Portugal. Para apresentar finalmente à Fundação um inventário que regista mais de 1500 documentos pontifícios, na sua maior parte originais (²). Obra insana e infelizmente pouco conhecida. Tal relatório já devia, há muito, ter sido publicado, porque fundamental para o estudo das relações diplomáticas de Portugal com a Santa Sé. Todavia, por parte do seu autor, a obra continua — sempre acrescentando mais fontes e empenhando-se vivamente no seu estudo e publicação. Lembremos, a título de exemplo, a análise que fez do *Bulário Português do século XIII (1198-1303)*, na homenagem ao Dr. Alberto Feio, saída em 1986. E eis que finalmente veio a lume, no presente ano de 1989, a colheita de uma longa sementeira, a edição do *Bulário Português. Inocêncio III (1198-1216)*, da autoria do Prof. Avelino de Jesus Costa e Maria Alegria Fernandes Marques, publicado pelo Instituto Nacional de Investigação Científica. E outras se lhe seguirão, não duvidamos, dada a capacidade orientadora do Mestre e o diligente e dedicado labor das suas discípulas.

Será de salientar que o Prof. Avelino, desde 1975, se encontra

(¹) Estudo publicado na *Revista Portuguesa de História*, t. XVII, Coimbra, 1979.

(²) Trata-se do *Bulário Português do século XIII (1198-1303)*.

na direcção científica da linha 3 do Centro de História da Sociedade e da Cultura (antes Centro de Estudos Históricos, onde também colaborava desde 1972), que se propõe, justamente, o «Estudo e publicação de fontes de História Medieval de Portugal». E nesse divulgar do nosso repositório documental serão ainda de evidenciar as publicações de *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, aí tendo colaborado também Rui de Azevedo e Marcelino Pereira (°) e os dois volumes do *Livro Preto* que orientou e em que trabalhou com Leontina Ventura e Maria Teresa Veloso (1°). É óbvio que o seu afã de publicação dos monumentos escritos não se fica por aqui, bastando recordar a continuação dos *Documentos Particulares* da Academia Portuguesa da História (11), dando sequência e trabalhando com o especialista e seu grande amigo Rui de Azevedo; a publicação do *Liber Fidei* (12) e a sua participação no volume II do *Synodicon Hispanum*, dedicado a Portugal (13). Mas desses trabalhos outros falarão por certo.

Como, ao termos destacado essencialmente as suas obras mais do âmbito do Centro de História e do Instituto de Paleografia — cuja direcção muito nos orgulhamos de ter recebido —, não estamos a esquecer os inúmeros (darei centenas, entre obras e artigos em Enciclopédias e Dicionários) e valiosíssimos outros estudos, em que a vida eclesiástica e tantas vezes a diocese bracarense emergem mais acentuadamente, como, para só citar os mais recen-

(°) Publicado o volume I, em Coimbra, Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979.

(1°) O primeiro volume do *Livro Preto da Sé de Coimbra*, saldo em Coimbra, em 1977, foi transcrito por Rocha Madahil. A edição crítica dos segundo e terceiro volumes devem-se aos autores acima referidos e publicaram-se em Coimbra, respectivamente, em 1978 e 1979. O volume IV está no prelo, à espera da conclusão dos índices.

(11) *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*, vol. IV, t. 1, AD. 1716-1123, organizado por Rui Pinto de Azevedo e concluído por Avelino de Jesus da Costa, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1980.

(12) *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesie*, edição crítica de P. Avelino de Jesus da Costa, ts. I e II, Braga, 1965, 1978. E muito em breve sairá o terceiro e último volume.

(13) *Synodicon Hispanum*, dirigido por Antonio Garcia y Garcia, II, Portugal, por Francisco Cantelar Rodriguez, Avelino de Jesus da Costa, Antonio Garcia y Garcia, Antonio Gutierrez Rodriguez, Isaias da Rosa Pereira, Madrid, 1982.

tes, aqueles em que analisa as Bibliotecas e tesouros das Sés de Braga e Coimbra (¹⁴), ou a Santíssima Eucaristia nas constituições diocesanas portuguesas (¹⁵). Estudos de história religiosa e sobre a sua terra que, por sua sugestão, muitas de nós também já fomos conduzidas a abordar, em diversos artigos (¹⁶). A economia de tempo exige-nos parcimónia, embora o curriculum do homenageado a contrarie.

E, porque o tempo urge, teremos de abreviar. Mas não podemos esquecer o Mestre que orientou tantas teses de licenciatura e de doutoramento.

Muitas das teses de licenciatura que se guardam no Instituto de Paleografia sobre mosteiros ou igrejas foram elaboradas sob a direcção do Prof. Avelino (¹⁷). E eu tive a felicidade de ver a minha, sobre *O mosteiro de Arouca do século X ao XIII*, publicada em 1977 e agora reeditada (¹⁸), tendo recebido do Mestre o mesmo carinho da primeira hora, na nota crítica que teve a amabilidade de escrever para o efeito. Já defendidas foram duas teses de dou-

(¹⁴) *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI*, Coimbra, 1983; *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*, Braga, 1985.

(¹⁵) «A Santíssima Eucaristia nas Constituições Diocesanas Portuguesas desde 1240 a 1954», sep. da revista *Lusitania Sacra*, 2.ª série, t. I, Braga, 1989.

(¹⁶) E aqui recordamos a sua entrega à realização do «Seminário de História, Etnografia, Poesia sobre as Terras da Nóbrega e da Barca», tendo levado um grupo de docentes da Faculdade de Letras a colaborar, embora, infelizmente, nunca tenham saído as Actas e muitos dos trabalhos se encontrem inéditos. Assim foram apresentados os estudos de Maria Teresa Nobre Veloso, «Pontebarquenses na Universidade de Coimbra, séc. XVI-1.ª metade do séc. XIX», Maria José Azevedo Santos, «Subsídios para o estudo do concelho de Ponte da Barca, segundo o inquérito paroquial de 1845», Maria Rosa Ferreira Marreiros, «A evolução do regime senhorial no Julgado da Nóbrega de 1290 a 1307», Maria Alegria Fernandes Marques, «O mosteiro de S. Martinho de Castro. Subsídios para a sua história na Idade Média», Leontina Ventura, «João Peres de Aboim — da terra da Nóbrega à Corte de Afonso III» *Revista de História Económica e Social*, 18, 1986, Maria Helena da Cruz Coelho, «A Terra e os Homens da Nóbrega no século XIII», in *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI*, I, *Notas do Viver Social*, Lisboa, 1990.

(¹⁷) Entre muitos outros, recordo estudos sobre os mosteiros de Lorvão, Fiães, S. João de Tarouca ou sobre a Sé Velha de Coimbra.

(¹⁸) Reeditada pela Câmara Municipal de Arouca, em 1988.

toramento, que à sua dedicada e capacíssima orientação científica se devem — a de Maria Teresa Nobre Veloso sobre *D. Afonso II. Relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu reinado* (¹⁹), onde, a partir deste contexto, se demonstra a imprescindibilidade do estudo dos documentos pontifícios para uma compreensão global da historiografia portuguesa; e a de Maria José Azevedo Santos, *Da visigótica à carolina. A escrita em Portugal de 882 a 1172* (²⁰), que, pelo estudo da escrita, nos problematiza toda a ambiência cultural alto-medieval. E a breve trecho será Maria Alegria Fernandes Marques que nos oferecerá um trabalho sobre «O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1254-1279)».

Mas mais, muito mais. Sempre que nos falta a obra esclarecedora deste problema religioso ou político-institucional, aí está a prodigiosa memória do Prof. Avelino para no-la aconselhar; sempre que duvidamos da leitura paleográfica desta ou daquela palavra no documento, aí está o seu saber para nos elucidar; sempre que lhe pedimos a sua revisão crítica para uma publicação de fontes ou um estudo, aí está a sua disponível e idónea apreciação.

Não irei mais longe. E quanto haveria ainda a dizer!

Retomamos as ideias iniciais — Doutor Avelino de Jesus da Costa, o professor, o mestre, o eclesiástico.

Professor e Mestre pelo muito que a todos nos ensinou e ensina, pela escola de medievalistas que criou em Coimbra, a qual tudo fará para lhe ser digna sucessora. Na pessoa de um eclesiástico. Que com os seus discípulos partilhou alegrias, em cerimónias de casamento, ou as tristezas, em missas rezadas por alma de nossos progenitores ou colegas desaparecidos.

Professor Avelino, a esta homenagem nos associamos com todo o nosso sentir, querer e reconhecimento. Pedindo-lhe que nos continue a ensinar a sermos Professores, Mestres e Colegas, unidos e atentos, numa vida profissional e intelectual, mas não menos numa vida quotidiana, humana, feita de bons e m?us momentos.

MARIA HELENA DA CRUZ COELHO

(¹⁹) Defendida em Dezembro de 1988.

(²⁰) Apresentada em Março de 1989.